



§4º No caso de indisponibilidade do sistema referido no parágrafo anterior, a unidade poderá fazer uso de outra ferramenta oficial de envio de documentos eletrônicos.

§5º Caso não seja possível o envio pelos meios referidos nos § 3º e 4º, seja por indisponibilidade dos sistemas, seja por impossibilidade de digitalização integral da petição ou peça judicial, em virtude das características de documentos que a acompanham, a unidade providenciará o imediato envio físico ao órgão de destino.

Art. 3º Para os devidos fins, a unidade destinatária deverá considerar como data e hora de recebimento aquela constante da protocolização junto à unidade recebedora, mesmo que o horário de funcionamento de ambas seja diverso.

Art. 4º No Protocolo Integrado não serão recebidos autos e volumes, mesmo que dirigidos à Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, excluindo-se também:

I – Requerimento de adiamento de audiência, a menos de 10 (dez) dias da data aprazada para sua realização.

II - Petições que arrolem ou forneçam novo endereço de testemunhas, a menos de 15 (quinze) dias da audiência na qual serão ouvidas.

III – Expedientes de cunho eminentemente administrativo.

IV – Petições relativas aos processos sujeitos ao regime específico do período eleitoral e também aqueles cujos prazos, seja em dias ou em horas, possam ter sua contagem iniciada ou ultimada aos sábados, domingos e feriados.

V – Petições encaminhadas por meio de ferramenta exclusiva de peticionamento remoto, tal qual a de petição eletrônica, que se destine exclusivamente ao 2º grau.

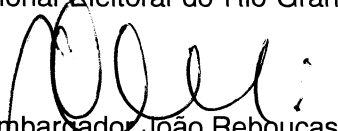
VI – Petições encaminhadas para fac-símile de unidade diversa da destinatária, considerada a existência de número de fax corporativo em todos os Cartórios Eleitorais, de igual modo na Seção de Protocolo e Expedição.

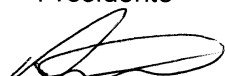
Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento no Protocolo Integrado de petição ou peça judicial que não seja destinada a órgãos da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor decorridos 30 (trinta) dias da sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, em Natal (RN),  
14 de março de 2013.

  
Desembargador João Rebouças  
Presidente

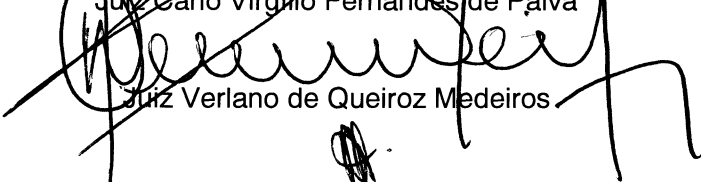
  
Desembargador Amílcar Maia  
Corregedor Regional Eleitoral

  
Juiz Jailsom Leandro de Sousa

  
Juiz Nilson Roberto Cavalcanti Melo

  
Juiz Artur Cortez Bonifácio

  
Juiz Carlo Virgílio Fernandes de Paiva

  
Juiz Verlano de Queiroz Medeiros

  
Dr. Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior  
Procurador Regional Eleitoral